

Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto;  
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio;  
Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto;  
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;  
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho;  
Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/99, de 21 de Abril;  
Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio, pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro;  
Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;  
Decreto-Lei n.º 159/95, de 6 de Julho;  
Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro;  
Despacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril, alterado pelo Despacho Normativo n.º 47/2001, de 21 de Dezembro;  
Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 174/2001, de 31 de Maio;  
Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro;  
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;  
Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;  
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;  
Decreto-Lei n.º 84/99, de 19 de Março;  
Portarias n.ºs 268/97, de 18 de Abril, 1271/97, de 26 de Dezembro, 814/98, de 24 de Setembro, 286/2002, de 15 de Março, e 282/2005, de 21 de Março;  
Portaria n.º 343/98, de 5 de Junho;  
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;  
Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março;  
Decreto-Lei n.º 166-A/99, de 13 de Maio;  
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;  
Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de Novembro;  
Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro;  
Decreto-Lei n.º 53/99, de 31 de Março;  
Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril;  
Portaria n.º 282/2000, de 22 de Maio;  
Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;  
Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio;  
Decreto-Lei n.º 193/2002, de 25 de Setembro;  
Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, e despacho n.º 22 251/2004 (2.ª série), do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 30 de Outubro de 2004;  
Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;  
Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro;  
Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro;  
Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, e Portaria n.º 509-A/2004, de 14 de Maio;  
Lei n.º 13/2004, de 14 de Abril;  
Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31 de Dezembro;  
Portaria n.º 42-A/2005, de 17 de Janeiro;  
Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

**Despacho (extracto) n.º 11 791/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 16 de Maio de 2005 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, proferido no uso das competências que lhe foram delegadas pelo despacho n.º 22 765/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 8 de Novembro de 2004:

Precedendo procedimento de reclassificação profissional ao abrigo dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e após parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças de 9 de Maio de 2005, nomeados em lugares da categoria de técnico verificador de 2.ª classe da carreira de técnico verificador do quadro de pessoal desta Direcção-Geral os seguintes funcionários:

Ana Paula Silva Correia.  
António Joaquim Sampaio Rocha.

Cláudia Margarida Seixas Felício.  
Eduardo José Vasconcelos Monteiro.  
Elisabete Maria dos Santos Almeida Ferreira da Cunha.  
Isilda Maria Mendes Mariquitos.  
Maria de Fátima Alves Ribeiro.  
Maria João Pinto Alegria.  
Maria Teresa de Almeida Pires.  
Olga Modesto Sousa Cando Paula.  
Paulo Aurélio Santos da Nóbrega Couto.  
Virgínia Maria de Jesus Soares.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2005. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 11 792/2005 (2.ª série).** — *Concurso com selecção de propostas para negociação relativo ao fornecimento de aeronaves de transporte táctico e vigilância marítima.* — Considerando que:

- Nos termos do despacho n.º 173-A/MEDNAM/2004, de 28 de Julho, do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, foi oportunamente aberto concurso com selecção de propostas para negociação relativo ao fornecimento de aeronaves de transporte táctico e vigilância marítima;
- O procedimento concursal se encontra a decorrer;
- Pelo despacho do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar n.º 17 780/2004 (2.ª série), de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 26 de Agosto de 2004, foi constituída a comissão responsável pela condução do concurso;
- As mudanças verificadas dos elementos do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional e a passagem à situação de reserva por parte de um militar da Força Aérea tornam desactualizada a composição dessa comissão e obrigam à substituição de alguns dos seus membros:

O Ministro da Defesa Nacional determina o seguinte:

1 — A constituição da comissão incumbida de conduzir o presente procedimento, determinada pelo despacho do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar n.º 17 780/2004 (2.ª série), de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 26 de Agosto de 2004, é alterada nos seguintes termos:

Vogais efectivos:

- A Dr.ª Maria Inês Tomás Gomes dos Santos Pinto é substituída pela Dr.ª Inês Pestana Gomes;
- O Dr. Tiago Seabra Silva Pereira é substituído pela Dr.ª Margareth Pitta Ferraz;
- É nomeado o engenheiro Rui Neves como novo membro da comissão, que passará a ser composta pelo presidente e por sete vogais;

Vogais suplentes:

- O Dr. António Adalberto Pita de Meirelles Sollary Allegro é substituído pelo Dr. Tiago Seabra Silva Pereira;
- O tenente-coronel Rui José de Sousa Carvalho é substituído pelo coronel Joaquim Gonçalves Coelho Lopes.

2 — As funções de secretário da comissão serão exercidas pela Dr.ª Inês Pestana Gomes e, no seu impedimento, pela Dr.ª Teresa José de Jesus Correia Falcão.

3 — A comissão com a presente constituição entra em exercício de funções no dia imediato à data da assinatura do presente despacho.

9 de Maio de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

**Despacho n.º 11 793/2005 (2.ª série).** — Considerando que:

- O Conselho Consultivo do Ensino Superior foi criado pela Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, que aprovou o Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior, tendo o mesmo competência no âmbito de todo o ensino superior, universitário e politécnico, público e não público;